



Deputados federais vão analisar as mudanças feitas no Senado e poderão ou não manter o Fundo Constitucional do DF no teto de gastos

GDF e bancada confiantes na preservação do FCDF

Esta semana será decisiva para a definição do destino do Fundo Constitucional do DF (FCDF). Os deputados federais devem votar, hoje, as mudanças feitas no Senado no texto do Projeto de Lei Complementar (PLP) 302/2023 — que institui o arcabouço fiscal —, entre elas, a retirada do FCDF do teto de gastos. O governador do Distrito Federal e a bancada do DF no Congresso estão confiantes quanto à manutenção do recurso, que sofreu ameaça de exclusão no processo de definição do novo teto de gastos.

O governador Ibaneis Rocha (MDB) também se mostra confiante quanto à salvaguarda do FCDF na Câmara. "Será difícil que este um respeito muito grande entre as duas Casas. Estamos trabalhando junto às lideranças na Câmara. A nossa vice-governadora, Célius Lúcio (PP), em conversas muito com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e com o relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BR), os dois são do partido dele", destaca. "E não vou me mover, até pelo valor financeiro que representa essa retirada do Fundo Constitucional, que eles vão modificar essa regra. Estou muito confiante com esse lado, acho que vamos conseguir vencer essa barreira, que vai ajudar muito no desenvolvimento da nossa cidade", conclui o governador.

Quarenta e um dias se passaram desde a aprovação do teto-base do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados. Na primeira votação do projeto, o relator Cláudio Cajado inseriu o Fundo Constitucional do DF no teto de gastos, alterando a forma de cálculo e congelando parte

dos recursos do fundo. A maioria pegou o Distrito Federal de surpresa e mobilizou políticos de diferentes partidos e vertentes ideológicas para salvar o recurso. No Senado, o relator Omar Aziz (PSD-AM) retirou o FCDF do teto e as alterações foram aprovadas pelos senadores por 57 votos a favor e 17 contra. Agora, a Câmara precisa analisar os pontos alterados pelo Senado. Nesta fase da tramitação, a Casa analisará apenas os dispositivos alterados pelo Senado. Depois disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dará a palavra final e terá 15 dias úteis, a partir do recebimento do projeto pelo Palácio do Planalto, para sancionar ou vetar — parcial ou integralmente — a matéria.

Posicionamentos

O foco dos representantes do GDF nos bastidores tem sido sensibilizar o Partido Progressistas (PP), o partido do presidente da Câmara, Arthur Lira, e do relator, deputado Cláudio Cajado, votou contra as alterações feitas por Omar Aziz no Senado Federal, portanto, votou contra o Fundo Constitucional no DF. Cajado, por sua vez, foi quem sugeriu as mudanças no FCDF, reduzindo o valor do recurso. Arthur Lira chegou a questionar os cálculos feitos para projetar as perdas do fundo, caso este fosse incluído no teto de gastos. A vice-governadora Célius Lúcio, que também faz parte da legenda, tem feito um grande esforço para sensibilizar os colegas de partido da importância da manutenção do FCDF. O Partido Social Democrático (PSD), que conta com 43 parlamentares na Câmara, manifestou posicionamento favorável



Ibaneis: "Estamos trabalhando junto às lideranças na Câmara"

nao continha qualquer alteração nos recursos do Fundo Constitucional do DF. Economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), Roberto Fiacchetti classifica a possível redução do FCDF como "subversão da legislação". "O Fundo Constitucional representa quase 40% do total do orçamento do GDF. O recurso é fundamental, essencial para Brasília. É inadmissível pensar em reduzir este recurso. O deputado Cajado descobre e a realidade de da capital. O posicionamento dele revela total desconhecimento das necessidades de Brasília. Não dá para retirar recursos da segurança pública, saúde que é 100% financiada pelo Fundo Constitucional. Na saúde e educação, a maior parte das despesas são de caráter pessoal. Ficar em redução seria subverter a própria legislação existente. Seriam valores do porte do orçamento do DF e também criar um problema institucional", analisou o especialista.

O economista Fernando Rodrigues reforça a necessidade de manutenção do Fundo Constitucional do DF como está. "Preservar o FCDF é uma necessidade da cidade. Podemos ter prejuízos nos próximos 10 anos de grandes cifras para a cidade. O que percebemos é que vai ser uma batalha dura manter esse teto e contar com apoio do governo federal para aprovar a continuidade desse direito para Brasília. É necessário unido da bancada do DF, base articuladas do GDF com as bancadas, os parlamentares, os partidos e o presidente da Câmara. Manter o FCDF fora do teto de gastos é uma segurança para Brasília e para a gestão financeira do DF, finaliza o profissional.

Entenda

18 de abril

- Governo federal entrega ao Congresso o Projeto de Lei que institui o arcabouço fiscal, sem alterações no Fundo Constitucional do DF.

23 de maio

- Câmara aprova texto-base do projeto de arcabouço fiscal, já com as alterações feitas pelo relator Cláudio Cajado, entre elas, a inclusão do Fundo Constitucional do DF no teto de gastos.

21 de junho

- Senado aprova relatório de Omar Aziz, que altera texto de Cajado e retira Fundo Constitucional do DF do teto de gastos.

4 de julho

- A matéria deve ser votada, hoje, na Câmara dos Deputados, que deve aprovar somente os itens alterados no Senado, entre eles, o Fundo Constitucional do DF.

25 de julho

- Data limite ter o Planalto receber o projeto no dia 41 para o presidente Lula sancionar ou vetar — integralmente ou parcialmente — o arcabouço fiscal.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Cidades + Política e Economia do DF Pagina: 13